



Por uma infância com mais respeito: Dialogando sobre racismo sob olhares das crianças de uma escola da cidade de Ipirá, Bahia

For a childhood with more respect: dialogue on racism from the looks of children at a school in the city of Ipirá, Bahia

Danillo Bitencourt Santos¹

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

Ana Cleide Lima Mendes²

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

RESUMO

Falar do racismo praticado por crianças é falar do racismo praticado por adultos. É falar do racismo da sociedade apenas agindo de maneiras diferentes. Como professores da rede municipal de ensino, percebemos o quanto precisamos falar sobre essas temáticas no âmbito escolar, pois as relações de gênero e o racismo fazem parte da criação de imagens positivas e negativas nas relações sociais. A atividade proposta, fruto deste artigo, consistiu em entrevistas, em agosto de 2019, com alunos de uma escola, situada no município de Ipirá (BA), onde foi abordada a questão de gênero racismo e preconceito para verificar como as crianças percebem tais questões. Participaram dessa pesquisa 16 crianças do 6º ano do ensino fundamental, com idades entre 10 e 11 anos, na qual lecionamos. A técnica utilizada utilizou de artefatos lúdicos, dois bonecos (um negro e outro branco), onde cada criança respondia qual boneco ele escolheria e o porquê de sua escolha, acompanhado de perguntas que abordam a questão da pessoa negra e suas vivências.

Palavras-chaves: Escola. Infância. Racismo.

ABSTRACT

To speak of racism practiced by children is to speak of racism practiced by adults. It is talking about the racism of society just by acting in different ways. As teachers in the municipal school system, we realize how much we need to talk about these topics in the school environment, since gender relations and racism are part of creating positive and negative images in social relations. The proposed activity, the result of this article, consisted of interviews, in August 2019, with students from a school, located in the city of Ipirá (BA), where the issue of gender, racism and prejudice was addressed to verify how children perceive such issues. Sixteen children from the 6th year of elementary school participated in this research, aged between 10 and 11 years, in which we teach. The technique used used playful artifacts, two dolls (one black and one white), where each child answered which doll he would choose and why he chose it, accompanied by questions that address the question of the black person and their experiences.

Keywords: School. Childhood. Racism.

¹ Mestre em Relações Étnicas e Contemporaneidades (UESB), Especialista em Direitos Humanos e Contemporaneidade (UFBA). Graduado em Pedagogia (UNIT) e Comunicação Social (UESB). <https://orcid.org/0000-0002-6090-3098>. E-mail: danillobitencourtsantos@gmail.com Endereço Institucional: Praça Joaquim Correia, 55, Centro, Vitória da Conquista – BA, CEP: 45000-907.

² Licenciada em Matemática (UNEB) e Pós-graduada em Gênero e Diversidade na Escola (UFBA). <https://orcid.org/0000-0001-9499-9158>. E-mail: cleidelimak@outlook.com Endereço institucional: Rua Genário Silva Mendes, Centro, Ipirá- BA, CEP: 44600-000.



Introdução

Os estudos de gênero e raça têm contribuído significativamente para a construção do conhecimento. Reconhecemos que a cada década a sociedade vem se reconfigurando, sejam nas expressões econômicas, sociais, culturais, políticas ou sexuais, momentos em que a família e a escola devam se unir para reconhecer as novas emergências surgidas e construir um debate efetivo, lutando pela igualdade e respeitando as diferenças.

Como professores da rede municipal de ensino, percebemos o quanto precisamos falar sobre essas temáticas no âmbito escolar, pois as relações de gênero e o racismo fazem parte da criação de imagens positivas e negativas nas relações sociais. Para tanto, após a leitura de livros, textos e artigos que tratem do tema preconceito, racismo e relações de gênero no contexto escolar, decidimos conversar sobre isso em nosso ambiente de trabalho, por meio de uma pesquisa exploratória.

A atividade proposta, fruto deste artigo, consistiu em entrevistas, em agosto de 2019, com alunos de uma escola, situada no município de Ipirá (BA), onde foi abordada a questão de gênero racismo e preconceito para verificar como as crianças percebem tais questões. Participaram dessa pesquisa 16 crianças do 6º ano do ensino fundamental, com idades entre 10 e 11 anos, na qual lecionamos. A técnica utilizada utilizou de artefatos lúdicos, dois bonecos (um negro e outro branco), onde cada criança respondia qual boneco ele escolheria e o porquê de sua escolha, acompanhado de perguntas que abordam a questão da pessoa negra e suas vivências.

A escolha da temática foi fruto da observação cotidiana em que nos apresenta que um dos preconceitos mais vigentes é o racismo, mecanismo de poder utilizado historicamente para separar e dominar classes, raças, povos e etnias. É, também, uma prática institucional, exposta em nosso país, que atravessa a vida das pessoas e as classificam. “(...) O racismo é, portanto, uma desumanização e uma negação da humanidade do outro, uma destruição muito profunda, que apenas a mobilidade social não resolve” (MUNANGA, 1996, p.223).

Nessa perspectiva, podemos considerar que o preconceito está inserido em todos os círculos de interação humana, sendo um artifício usado no convívio e nos momentos em que nos defrontamos com o não familiar, o desconhecido ou o diferente. Embora seja um artifício

comumente usado em nossas experiências, o preconceito passa a se tornar um problema na medida em que significados pejorativos são atribuídos a outros indivíduos ou grupos de forma generalizada, sendo associados a traços étnicos ou raciais, julgando-os inerentes ao sujeito que se refere sem, no entanto, considerar suas particularidades.

A comunidade escolar, como uma instituição social importante no processo de socialização do indivíduo e um espaço que agrega múltiplas relações, tem desempenhado o papel de reprodutora do pensamento dominante quando afirma que não existem tratamentos diferenciados, não existem preconceitos e discriminações em seu interior. No entanto, estudos e pesquisas desenvolvidas por intelectuais, como Eliane Cavalleiro (2006) e Kabengele Munanga (2005), dentre outros, tem nos mostrado como compreender a dinâmica das relações plurirraciais, multirraciais e de gênero na educação. Esses estudos revelam a existência de muitos conflitos nas relações cotidianas entre aluno(a) / aluno(a), professor(a) / aluno(a), aluno(a) / professor(a), e relações de gênero e raça, tendo como pano de fundo a diversidade, comprovando as sutilezas em suas manifestações.

E, nesse contexto, as crianças não são passivas nesses processos, resistindo e revolucionando as diferentes imposições normativas para a construção de suas vidas, criando modelos de existência e modificando a todo o momento os diferentes meios que as inventam. Essa forma de percepção das crianças nos possibilita pensar os meninos e as meninas para além de “seres em desenvolvimento, ou até mesmo, a partir dessa condição, com o objetivo de conhecê-las nas múltiplas relações que estabelecem nas experiências cotidianas, de onde retiramos os conteúdos presentes nas brincadeiras e interações” (NASCIMENTO, 2011, p.51).

Seguimos, então, esse caminho. Nosso convívio na escola, a escuta e a aprendizagem constante estruturam o campo de nossa investigação, possibilitando um desenraizamento de preconceções de sujeito, sociedade e relações sociais.



1. Compreendendo preconceitos na infância

O nosso papel enquanto seres humanos é constituído culturalmente e muda conforme a sociedade e o tempo, eles são ensinados pelo pai, mãe, família, escola, mídia, sociedade em geral, diferentes modos de pensar, de sentir, de atuar. As meninas são incentivadas a serem passivas, sensíveis, frágeis, dependentes, enquanto os meninos brincam em espaços abertos, na rua, jogam bola, brincam de carrinho, de guerra, etc. Ou seja, desde pequenos eles se dão conta que pertencem ao grupo que tem poder.

Desde muito cedo, as crianças sofrem influências do meio em que vivem e invariavelmente as reproduzem. Isso significa que se estiverem crescendo em um ambiente em que convivem com pessoas preconceituosas, fatalmente esses preconceitos serão internalizados e reproduzidos ainda na infância. A autora Eliane Cavalleiro cita em seu livro “Do silêncio do lar ao silêncio escolar” um trecho bastante esclarecedor sobre este processo:

Numa dialética homem/sociedade, o novo membro da sociedade interioriza um mundo já posto, que lhe é apresentado com uma configuração já definida, construída anteriormente à sua existência. Assim, interagindo com outros, a criança aprenderá atitudes, opiniões, valores a respeito da sociedade ampla e, mais especificamente, do espaço de inserção de seu grupo social (CAVALLEIRO, 2006, p. 47).

Mas para a criança qual é a parte da sociedade que a atinge senão o ambiente familiar e escolar? Um bom e simples exemplo dessa interiorização de atitudes é a reprodução de falas indesejáveis para uma criança, como: palavrões, músicas e diálogos de programas inapropriados para a idade. Abrimos, aqui, um parêntese para dizer que, por ironia ou não, muitas dessas falas são tidas como “engraçadinhas”, “bonitinhas” e conseqüentemente estimuladas pelos seus pais ou responsáveis legais. Esse estímulo muitas vezes se dá por acreditar-se que a criança não absorve e não tem capacidade de julgamento sobre aquela informação, ou na pior das hipóteses (porém não menos corriqueira) pela crença de que tais atitudes são corretas e “normais”.

Porém, por mais que até uma certa idade a criança não tenha plena consciência de suas atitudes, “esses estímulos são compreendidos como positivos se tornam parte de seu repertório, assim sendo a criança se torna desde cedo um mantenedor de um ciclo de opressões” (ALGARVE, 2004, p. 84). Assim como a família, a escola tem grande parte da

responsabilidade em injetar as mais diversas formas de intolerância e discriminação nas crianças já na idade pré-escolar. Infelizmente a escola ou reforça e compactua com as discriminações (sendo ela mesma o agente opressor), ou se isenta da responsabilidade nos casos, sobretudo de racismo, colocando-os nas categorias de “brincadeira de criança”, “criança é assim mesmo” ou pior ainda “educação vem de casa”.

Podemos ainda pontuar, como visão mais ampla, a educação tendenciosa a uma hegemonia branca e a falta de representação dos grupos minoritários no ambiente escolar. Sobre este último ponto, gostaria de colocar uma experiência que tive recentemente ao fazer uma pesquisa para um projeto de sinalização que, na faculdade, terei que realizar. Observando as fotos da sinalização típica feita de EVA das creches, pude perceber que na maioria das vezes em que um ser humano era representado (como na indicação de banheiros) era utilizado cores referenciadas como “bege”, “pele” e similares para a cor da pele e a cor amarela e preta para os cabelos (sempre lisos, é claro). A consequência disso é a pior possível no processo de identificação da criança negra, sua mínima representação, sua inferiorização e em contrapartida um aumento do sentimento de superioridade da criança branca (CAVALLEIRO, 2006, p. 52).

Apesar da maior parte da responsabilidade pelo desenvolvimento social da criança ser de responsabilidade dos pais e da escola, a criança é fruto do que esses dois agentes mais a sociedade constroem conjuntamente. Falar do racismo praticado por crianças é falar do racismo praticado por adultos. É falar do racismo da sociedade apenas agindo de maneiras diferentes.

2. Conversando sobre racismo na escola

Atualmente há uma busca muito grande pela aceitação da diversidade e do empoderamento das minorias. Apesar de a sociedade se encontrar por um contexto de mudança, a discriminação racial ainda está presente em todo lugar inclusive na sala de aula. É essencial que o professor tenha uma boa relação com seus alunos, de maneira que o aprendizado possa se tornar mais efetivo e as manifestações de isolamento possam ser identificadas com maior facilidade, haja vista que é no ambiente escolar que crianças, adolescentes e jovens tendem a construir suas identidades individuais.



Eliane Cavalleiro (2006) afirma que o racismo, o preconceito racial e a discriminação racial estão presentes na sociedade brasileira e são altamente prejudiciais para a população negra, tanto nas relações sociais (família, escola, bairro, trabalho etc.) quanto nos meios de comunicação. Conceitos estes que imputam alguns estereótipos ao indivíduo negro, dificultando mais ainda a sua aceitação no cotidiano da vida social.

A discriminação racial opera, na nossa sociedade, como um processo que acarreta inúmeras desvantagens para o grupo negro e para toda a sociedade brasileira, direta ou indiretamente. Compreende-se que o reconhecimento positivo das diferenças étnicas devem ser proporcionado desde os primeiros anos de vida. Para tornar a pré-escola um espaço positivo ao entendimento das diferentes etnias, é necessário observarmos o processo de socialização atualmente desenvolvido no espaço escolar. Contudo, a educação infantil não pode esquivar-se do dever de preparar o indivíduo para a existência das diferenças étnicas, já que ela, inevitavelmente, permeará a sua relação com os demais cidadãos (CAVALLEIRO, 2006 p. 26).

Esse racismo nas escolas poderá vir algumas vezes de formas visíveis e outras invisíveis, camufladas. Conseguir clarear esses conflitos étnicos e trazê-los à tona para assim, tentar encontrar soluções concretas que combatam o racismo principalmente no âmbito escolar é algo almejado por todos nós educadores.

Numa sociedade como a nossa, na qual predomina uma visão negativamente preconceituosa, historicamente construída, a respeito do negro e, em contrapartida, a identificação positiva do branco a identidade estruturada durante o processo de socialização terá por base a precariedade de modelos satisfatórios e a abundância e estereótipos negativos sobre o negro (CAVALLEIRO, 2006, p. 19).

O racismo tenta negar a humanidade das pessoas negras quando fazem comparações desnecessárias ao acentuar suas características físicas a animais, doenças ou igualando-as a objetos. “De tanto inferiorizar as pessoas negras com apelidos, ‘piadinhas’ e gracejos, todo o mundo passa a achar que isso é engraçado, louvável e quem se indigna é ‘neurótico’” (SILVA, 2001, p. 77). Essas comparações se tornaram tão corriqueiras e banais que estão naturalizadas na cultura brasileira. É necessário desconstruir essas comparações que só denigrem a imagem do negro e dar-lhes o devido respeito.

A diferença entre brancos e negros em nossa sociedade não está expressa apenas na cor da pele, embora o Brasil seja um dos países mais miscigenados do mundo, o preconceito e a discriminação racial são problemas que marcam a história do país. É importante sermos

conhecedores da complexidade que envolve o processo de construção da identidade negra em nosso país, que sempre foi e continua sendo marcado por uma sociedade que, para discriminar os negros, utiliza-se tanto da desvalorização da cultura de matriz africana como dos aspectos físicos herdados por seus descendentes.

Apesar de sermos aparentemente um povo sem preconceito racial, o negro sofre restrições sociais. Logo após a abolição, não foram criadas condições para integração do negro a sociedade e assim a verdadeira conquista de liberdade e respeito tem sido um processo lento e é atual. A participação do negro na vida brasileira é imensurável. Somos um país rico em diversidade cultural, onde poderia existir um grande intercâmbio cultural. Infelizmente na maioria dos casos isso acaba não ocorrendo, na verdade o que acontece é uma segregação daqueles ditos diferentes e isso vai totalmente contra os princípios democráticos, principalmente na escola.

3. Conversando com as crianças sobre raça e preconceito

A vida escolar é composta por várias histórias, diferentes famílias, cada um com sua peculiaridade, o que proporciona ao professor uma interação com os alunos, onde se pode criar um processo didático interativo em que um aprende com o outro. Porém, na maioria das vezes, isso acaba não acontecendo. Esse espaço, que deveria proporcionar a essas crianças um ambiente emancipatório, muitas vezes acaba por reproduzir diversas opressões que são recorrentes em nossa sociedade passando de geração em geração, como o racismo e o preconceito.

As formas de discriminação de qualquer natureza não têm o seu nascedouro na escola, porém o racismo, as desigualdades e as discriminações correntes na sociedade perpassam por ali. Trabalhar pelo fim da desigualdade racial, por meio de debates e palestras, empreender reeducação das relações étnico-raciais são tarefas que devem ser implementadas nas escolas no âmbito de conscientizar os educandos e sociedade a combater toda forma de preconceito e racismo.



A nossa tarefa, então, foi utilizar de recursos lúdicos, para observar as referências raciais existentes nas relações estabelecidas pelas crianças no seu cotidiano. Para isso, utilizamos de dois bonecos (um branco e outro negro), e aguardamos a percepção das crianças em relação aos bonecos. Após o momento da apresentação dos bonecos, cada estudante se expressou individualmente. Foi aberta uma roda de conversa abordando o que as crianças pensavam sobre ter pele escura e cabelos encaracolados ou liso. Dos 16 alunos participantes, apenas 6 alunos não demonstraram preferência pelo boneco branco, onde os demais preferiram o boneco de cor branca porque acharam mais bonito e mais atraente.

Essa escolha corrobora com os estudos de Trinidad (2012) em que nos mostra que as crianças brancas, em sua maioria, não apresentam nenhum desejo de possuir qualquer característica física distinta das visíveis, reforçando o desejo de serem como o boneco branco. Elas gostaram dos olhos, cabelos e, principalmente, da cor de pele. Ao contrário das crianças negras que, tendem a desejar alguma modificação, principalmente em relação ao cabelo e à cor. Essas identificações que as crianças negras gostariam de possuir ficaram evidente na pesquisa de campo.

Ao mesmo tempo em que o processo de racialização produz a inferioridade do negro por meio do olhar do outro, também legitima a aculturação forçada pelo imperialismo colonial, criando imagens tomadas como modelos ou referências. Nesse sentido, não basta somente alocar os negros em condições subalternas, é necessário também negar sua negritude e criar um imaginário negativo sobre ela, desenvolvendo a concepção de que as produções culturais dos brancos são as melhores para compor a chamada “civilização” – a cultura “hegemônica” da classe dominante. A violência gerada por esse processo, presente no cotidiano na infância, cria sentimentos como o medo, a rejeição e a baixa autoestima dos sujeitos negros, “gera subjetividades autodestrutivas em busca de adequação a qualquer custo” (MISKOLCI, 2005, p. 685).

4. A naturalização do preconceito racial

Palavras, frases e ditos populares usados cotidianamente traduzem o ponto de vista do pensamento dominante, nos permitindo interpretar o significado que a população negra tem

tanto no imaginário, quanto na sua representação social. Desde o período colonial até os dias atuais, a descrição do negro ou ao que se refere à cor negra tem uma conotação ruim e até desumana. Reflexo este que se traduz nas falas de nossas crianças, quando indagadas sobre ditos populares que afirmam a inferioridade da pessoa negra em relação a outras raças.

São maltratados, por conta de sua cor recebem apelidos maldosos tipo: macaco, saci dentre outros. (Aluno 1)

Muitos negros são maltratados no ambiente escola, por alunos racistas que não querem sentar perto deles. (Aluna 2)

Os alunos brancos gostam de colocar apelidos maldosos e maltrata-los. (Aluno 3)

Eles são tratados diferentes dos outros alunos, são chamados de feios de pretos e de pobres. (Aluna 4)

Os negros recebem apelidos como seu preto, negrinho, urubu e isso machuca bastante. (Aluna 5)

Os colegas maltratam e colocam apelidos feios. (Aluno 6)

Esse tipo de discurso é a expressão verbal de conteúdos racistas que permeia as relações étnico raciais, reproduzido e reforçado no inconsciente coletivo da sociedade brasileira, presente na escola. Está tão naturalizado e impregnado nas estruturas do mundo branco em que vivemos, que as pessoas envolvidas por ele, não percebem quando e como estão praticando o racismo. Tudo parece normal. Mas, fazendo uma leitura atenta, percebemos o quanto fazemos uso cotidianamente de expressões com carga pejorativa quando nos referimos ao povo negro.

O racismo e o preconceito racial como um conjunto de ideias, atitudes e comportamentos apoiados em conceitos e opiniões não fundamentadas no conhecimento, e sim na sua ausência, estimulam a criação de estereótipos e representações negativas e dão origem ao um estigma que imputados ao indivíduo dificulta sua aceitação no cotidiano da vida social (CAVALLEIRO, 2006, p 23).

Na escola, por conta do estigma criado pelo racismo, a criança negra, na convivência com os colegas e educadores, constantemente é atingida por palavras, piadas e brincadeiras não neutras, que a coloca em uma posição desconfortável de humilhação, desvalorização ou



invisibilidade que não fica muito difícil perceber sua rejeição em tal ambiente, conforme nos relata a Aluna 02: “Os alunos negros são crucificados por outros alunos e as pessoas fingem não perceber”.

5. A exclusão escolar

Do sexo masculino, jovem, negro e pobre. Esse é o perfil típico de um adolescente fora da escola. Pesquisas demonstram que uma das principais barreiras socioculturais enfrentadas por meninas e meninos brasileiros é a discriminação racial. Ao contabilizar todas as idades, fica nítida a desvantagem dos negros em relação à população branca no acesso, mas, principalmente, na permanência na escola.

Eles desistem de estudar porque passam por preconceitos e dificuldades na escola. (Aluna 2)

Porque sofre preconceito e é discriminado, desistindo de estudar para poder não se sentir magoado. (Aluno 6)

Por conta do preconceito racial eles desistem cedo da escola. (Aluna 5)

Porque não se sentem confortáveis devido a outros alunos os tratarem mal e com preconceito. (Aluno 1)

As meninas negras ainda hoje são conduzidas a repetir um padrão que tem base no sistema escravocrata do passado. Cedo, começam a trabalhar como faxineiras nas casas de terceiros. De acordo com dados de 2013, divulgados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), mais de 93% das crianças e dos adolescentes envolvidos em trabalho doméstico no Brasil são meninas negras. Além do trabalho infantil, a violência é outro pilar que sustenta as desigualdades raciais na educação. Apontamentos do IPEA de 2013 dão conta de que a chance de um adolescente negro ser assassinado é 3,7 vezes maior em comparação aos brancos.

Índice alto de evasão desse público pode ser explicado parcialmente por um sistema educativo que não contempla a cultura e a identidade dos estudantes negros. A escola, portanto, se torna não atrativa ao estudante em termos de conteúdo, de recreação e de profissionais que não dialogam com a realidade precisa mudar. O preconceito racial produz

também o grave estrago da exclusão educacional, por isso é importante que haja uma cumplicidade entre os autores buscando promover as formas inclusivas do ensino como parte decisiva das estratégias de gestão compartilhada na escola.

Por conta do buliing muitos param de estudar e não conseguem emprego. (Aluna 2)

Porque os negros são maltratados e saem da escola pra não sofrerem mais. (Aluna 4)

Abandonam a escola por conta do racismo e preconceito. (Aluna 5)

Por sofrerem preconceitos, perdem o interesse e acabam abandonando a escola. (Aluno 6)

Sendo a escola uma instituição capaz de influenciar e ser influenciada pela sociedade na qual está inserida, deve ser também palco de respeito à diversidade. O combate ao preconceito, racismo e discriminação deve chegar não só a estudantes, mas também a professores e demais profissionais direta e indiretamente envolvidos no processo educativo. A conscientização sobre seus próprios preconceitos e a abertura para aprender uns com os outros é essencial. Dessa forma, é possível não apenas ensinar ao estudante a ser tolerante como, ainda, servir de modelo para que ele tome certas atitudes no seu cotidiano.

6. AA participação do professor nas questões étnico-raciais

Na escola são observados muitos casos de racismo, de preconceitos e discriminação, onde o profissional não consegue minimizar o problema muitas vezes por falta de experiência, de qualificação e, até mesmo, por incapacidade em lidar com a diversidade. A escola deve promover uma educação onde ocorra o entendimento das diversidades de gênero e étnico raciais, pois, somente a partir desse entendimento é que surgirão possibilidades para uma real formação de sujeitos menos preconceituosos.

A prevenção de práticas discriminatórias, penso, requer um trabalho sistemático de reconhecimento precoce da diversidade étnica e dos possíveis problemas que o preconceito e a discriminação acarretam em solo brasileiro, desde a educação infantil - familiar e escolar. Tal prática pode agir preventivamente no sentido de



evitar que pensamentos preconceituosos e práticas discriminatórias sejam interiorizados e cristalizados pelas crianças, num período em que elas se encontram muito sensíveis às influências externas, cujas marcas podem determinar sérias consequências para a vida adulta. (CAVALLEIRO, 2006, p. 38).

O ambiente escolar, local que deveria se destinar ao acolhimento de toda criança, independente de gênero e origem, muitas vezes deixa a desejar quando e não o recebe com o mesmo acolhimento, com a mesma inclusão pelo fato de não trazer para sua rotina e seu cotidiano práticas que reconheçam positivamente tal criança, sua aparência, sua cultura e costumes.

Considerando a Escola como o espaço na qual estereótipos, preconceitos e práticas discriminatórias são desconstruídas. Ela reúne instrumentos pedagógicos que viabilizam esse propósito a partir da reflexão dos profissionais que a compõem. Docentes e técnicos podem “pôr abaixo” grande parte dos entraves interpostos às populações afrodescendentes que as impedem de viver plenamente a cidadania. A apresentação positiva da História e da cultura dessas populações e uma das estratégias a serem colocadas em prática de modo efetivo e consecutivo. (ROCHA, 2008, p. 58)

Entende-se que muitos professores não têm curso de qualificação voltado para relação de gênero e étnico-racial, deixando a desejar quando se trata da temática em questão. Observa-se constantemente nas escolas, casos de discriminação, onde por vezes, educadores tentam camuflar a prática do preconceito dizendo: “respeite o seu colega, ele é igual a você!” Esta é uma prática que acaba deixando o aluno sem autoestima, pois o professor deveria conversar com os alunos e mostrar que apesar de sermos diferentes, cada pessoa tem uma história, uma identidade deixada por seus descendentes que o engrandecem enquanto seres humanos que somos.

O professor deve se posicionar frente a estas questões, para que outros alunos não venham a passar pela mesma situação. (Aluna 7)

A escola deve fazer palestras, falando que todos são iguais e fazer trabalhos sobre gênero e racismo. (Aluno 8)

A escola pode agir nesse caso com palestras contra o racismo e preconceito, incentivando os alunos que isso é errado. (Aluna 9)

Fazer palestras e chamar atenção dos alunos racistas e preconceituosos. (Aluno 10)

Os professores devem fazer cartazes junto com os alunos sobre o preconceito e racismo na escola. (Aluna 11)

Os professores precisam entender do assunto porque eles precisam educar seus alunos. (Aluna 12)

O professor deve falar sobre o preconceito e o racismo e mostrar que todos são iguais. (Aluno 13)

Fazer palestras com os alunos. (Aluno 14)

Roda de conversas e palestras são fundamentais na desconstrução do preconceito e racismo na escola. (Aluna 15)

Falar que é errado ter preconceito, mostrar que se deve respeitar as diferenças. (Aluno 16)

Faz-se necessário construir subsídios no âmbito de ajudar professores a desencadear um processo de superação do preconceito e racismo na Escola, para tanto, é pertinente a formação de grupos de trabalho e propor ações destinadas à valorização da comunidade escolar, professores e alunos devem, em conjunto, desenvolver mecanismos pedagógicos eficazes tanto para a superação das desigualdades, quanto para a elevação da autoestima dos alunos.

Considerações finais

Diferenças de raça devem ser respeitadas e valorizadas, não devendo ser utilizadas como critério de exclusão social e política. As discussões baseadas em tais temas estão imbricadas na vida social e na história de diferentes sociedades, necessitando por isso uma abordagem transversal. Percebemos o quanto ao aplicar nossa atividade, as crianças começaram a compreender que ninguém é igual e por isso devemos respeitar cada um com suas diferenças. A atividade proposta, aplicada no mês de agosto de 2019, para 16 crianças do 6º ano do ensino fundamental, foi um momento rico em que todos e todas expressaram suas ideias, por meio de um momento de socialização, havendo algumas questões que foram aplicadas oralmente.



Pensando nisso quais ações educativas devem se estabelecer? Consideremos que devemos trabalhar com essas crianças as práticas que valorizem a identidade de cada uma delas, pra que possam perceber que não são todas iguais, isso porque cada uma tem sua singularidade, age de uma forma, cada uma tem uma vivência diferente, devemos fazê-las entender que elas precisam respeitar a singularidade de cada um, dela própria e dos outros também.

Trazer essas discussões sobre a constituição de nossa sociedade fazendo com que ela perceba a origem dos preconceitos de gênero e raça, trabalhando com contação de histórias e de pesquisas para que eles possam fazer reflexões sobre os temas, porque a partir do conhecimento eles irão entender que não devem agir de determinada forma com o outro.

Sabemos que a Lei 10.639/03, alterada pela Lei 11.645/08, torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio, contudo a formulação de leis anti-discriminação não é suficiente para fazer cessar ações violentas e intolerantes em relação às diferenças de raça, sendo para isto fundamental privilegiar ações que visem à transformação das mentalidades e das práticas sociais.

A escola, em sua função social, caracteriza-se como um espaço democrático que deve oportunizar a discussão de questões sociais e possibilitar o desenvolvimento do pensamento crítico. Para isso, faz-se necessário que o (a) professor (a) traga informações e contextualize-as, além de contribuir, oferecendo caminhos para que o discente adquira mais conhecimentos.

É também um ambiente de sociabilidade entre as crianças, o que acarreta na difusão sociocultural, incluindo as relações racias, sendo também um local estratégico para o processo de transformação e deve cumprir sua missão de formar pessoas dotadas de espírito crítico, promovendo debates e rodas de conversas com o objetivo de desconstruir conceitos preconceituosos e de respeito as diferenças.

Deve também possibilitar o desenvolvimento do pensamento crítico a partir da compreensão sobre as diferenças que culturalmente se cria na sociedade, possuindo papel fundamental na desmistificação destas diferenças, além de ser um importante instrumento na construção de valores e atitudes, que permitam um olhar mais crítico e reflexivo sobre gênero e raça. É de fundamental importância, portanto, trazer para dentro da escola a temática do



racismo, preconceito e discriminação para ocupar espaços importantes de discussão e práticas voltadas à educação que promovam o respeito à diversidade étnico-racial e cultural.

Faz se necessário que família e escola, desempenhem um papel importante de discussão e superação, mostrando-se essencial para reflexão e conscientização de uma sociedade sem desigualdade, opressão, discriminação e injustiça. Devemos sempre ir em busca de uma formação livre de atitudes e pensamentos preconceituosos, visando superar as desigualdades entre indivíduos socialmente discriminados. Olhar para um mundo com mais respeito à diversidade de gênero e raça é entender que o outro, é alguém que merece respeito e direitos.

Referências

- ALGARVE, V. A. Cultura negra na sala de aula: pode um cantinho de Africanidades elevar a autoestima de crianças negras e melhorar o relacionamento entre crianças negras e brancas? **Dissertação** (Mestrado). 2004. Universidade Federal de São Carlos.
- CAVALLEIRO, E. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, Preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2006.
- MISKOLCI, R. Um corpo estranho na sala de aula. In: ABRAMOWICZ, A.; SILVÉRIO, V. R. **Afirmando Diferenças**. Campinas: Papirus, 2005, p. 13-25
- MUNANGA, K. As facetas de um racismo silenciado. IN SCHWARCZ, Lilia. Moritz; Queiroz, Renato da Silva (org.) **Raça e diversidade**. São Paulo: EDUSP: Estação ciência, 1996.
- MUNANGA, K. **Superando o Racismo na Escola**, 2ª edição. Ministério da Educação, Secretaria da Educação e Diversidade, 2005.
- NASCIMENTO, M. L. B. P. Reconhecimento da sociologia da infância como área de conhecimento e campo de pesquisa: algumas considerações. In: FARIA, A. L. G.; FINCO, D. (Orgs.). **Sociologia da Infância no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2011, p. 37-54.
- SILVA, M. A. Formação de educadores/as para o combate ao racismo: maios uma tarefa essencial. In: CAVALLEIRO, E. **Racismo e Antirracismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Summus, 2001.



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



Este trabalho está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Artigo recebido para publicação em: 25 de maio de 2020.

Artigo aprovado para publicação em: 10 de junho de 2020.